

ACEP 2008

Relatório de actividades

A acep no sector não governamental e no relacionamento com as instituições da cooperação

O ano de 2008 foi marcado por uma pressão grande sobre os recursos humanos da ACEP devido a tratar-se do último ano do mandato da presidência da Plataforma de ONGD, num contexto de crescentes expectativas externas e exigência de competências internas no domínio político, a par de grandes desigualdades sobre a forma como as organizações membros vêm a sua participação em órgãos dirigentes e as responsabilidades que tal implica.

Este ano foi também revelador das contradições ao nível da cultura política e das condicionantes do diálogo democrático com algumas das instituições do Estado com quem as ONGD se relacionam. As reacções contraditórias à experiência inovadora de *advocacia social*, que se traduziu na plataforma Eu Acuso - de monitorização dos compromissos assumidos por Estado e Sociedade Civil quando da Cimeira e do Forum Europa-África - foram demonstrativas de tendências que persistem para a personalização do debate, para a confusão entre crítica política e ataques pessoais e para reacções mais ou menos corporativas. De realçar, no entanto, a forma empenhada e dialogante como algumas instituições participaram neste processo, sendo de realçar o Ministério da Administração Interna e os seus mais altos responsáveis políticos.

Ainda no âmbito da Plataforma a ACEP dinamizou o processo de elaboração, pela primeira vez, de um documento de monitorização do Orçamento do Estado. Esse documento analisou a execução orçamental da cooperação de 2007, daí tirando conclusões tanto quantitativas como qualitativas, no que se refere à proposta de orçamento de Estado para a cooperação para 2009, posteriormente apresentadas e discutidas com a Assembleia da República aquando do debate do OE.

Noutros domínios do relacionamento com as instituições da cooperação portuguesa, pela primeira vez desde que existem candidaturas a projectos de Cooperação para o Desenvolvimento e a projectos de Educação para o Desenvolvimento, a ACEP viu todas as propostas apresentadas ao IPAD serem recusadas. Neste quadro das candidaturas e também fora delas (como é o quadro dos pequenos projectos), a ACEP não contou com qualquer financiamento do IPAD para os seus projectos neste ano.

Este facto vai obviamente condicionar muitíssimo a actividade da ACEP em 2009, provocando um nível de instabilidade não expectável numa organização com uma experiência e competências consolidadas e reconhecidas no panorama das ONGD portuguesas.

Paralelamente, o IPAD solicitou à ACEP a concepção e organização de um dos três grandes debates que o IPAD pretendia que fizessem parte do programa dos Dias do Desenvolvimento a decorrer já em 2009.

Dez anos de cooperação, quinze anos de trabalho junto da opinião pública:

"Quando tínhamos todas as respostas, mudaram as perguntas" ¹

Estamos a viver os 10 anos de Cooperação da ACEP, processo que decorreu entre 1997 e 1999, com o 1º estudo sobre a experiência das ONGs dos PALOP na luta contra a pobreza urbana, prosseguido em 1998 com o estudo equivalente sobre a pobreza rural, ambos com a metodologia de cruzamento de experiências entre ONGs e entre Países.

Este processo dos estudos desembou em 1999 no Seminário internacional que reuniu pela 1ª vez em Lisboa, para troca de experiências e conhecimento mútuo, ONGs de todos os Palop, do Brasil e também de alguns países europeus. Foi um debate aberto, com ONGs portuguesas, associações de desenvolvimento, investigadores e responsáveis da Cooperação Portuguesa, onde nasceram alguns dos primeiros projectos de cooperação de organizações portuguesas com ONGs africanas.

¹ Provérbio dos Índios Aimarás, dos Andes

O contexto em que a ACEP definiu o seu papel no campo da cooperação mudou muitíssimo nestes dez anos. Mesmo numa organização que tem procurado estar atenta aos desafios de um percurso de inovação, é arriscado não desencadear periodicamente processos organizados de interrogação. A criação de algumas rotinas – tantos nos processos como nas iniciativas e relações – se pode ser um sinal de estabilidade, pode levar ao risco de esgotamento de modelos e estratégias que, a pressão do dia a dia acaba por ocultar.

Assim, a Assembleia Geral de início de 2008 decidiu que a equipa executiva deveria criar condições para promover um estudo sobre a experiência destes 10 anos, a partir de um olhar externo à organização, que permitisse ser um dos elementos centrais de uma reflexão quanto ao futuro. O estudo foi iniciado na segunda metade de 2008, no quadro de um estágio de longa duração, e realizado por parte de um aluno de mestrado de Ciências Políticas do ICS, prevendo-se que esteja concluído a meio de 2009.

Por outro lado, alguns projectos em curso estão a permitir reforçar as condições de reflexão relativamente ao futuro – em particular os dois projectos sobre Cooperação Descentralizada - que criam condições de investigação, de debate, de encontro com parceiros nacionais e internacionais – para procurar perspectivar a inserção da ACEP no campo da cooperação para o desenvolvimento e da intervenção em Portugal, de forma a melhor contribuir para mudanças qualitativas nas áreas em que trabalhamos. Isto é válido para as diversas áreas de trabalho, mas também para as relações e alianças que vimos construindo.

Iniciativas e projectos em 2008

Sto Antão, Cabo Verde: Desenvolvimento Institucional e Participação Comunitária



Na sequência do projecto desenvolvido com a Plataforma de ONGs de Cabo Verde e com a sua colaboração foi identificado um novo projecto, agora centrado numa ilha e para trabalhar sobretudo no reforço das associações locais e das actividades passíveis de gerar novos rendimentos para as famílias e de contribuir para reforçar a iniciativa local.

Com apoio financeiro da UE e Cooperação Portuguesa iniciou-se em Janeiro de 2007 um projecto

de desenvolvimento rural e reforço das associações dos concelhos do Paul e Ribeira Grande, que reúnem a maior parte da população rural de Santo Antão.

Com este projecto, em parceria com as organizações locais AMIPAÚL e a OADISA, tem sido promovido um processo de experimentação de iniciativas de economia solidária, em diversas comunidades da ilha, numa parceria que envolve também a ONG espanhola IEPALA.

Durante o segundo ano de implementação, após uma concentração de esforços na formação e capacitação de líderes e membros das associações comunitárias e na construção de modelos de trabalho, a acção do projecto esteve focalizada no trabalho de criação e reforço das iniciativas socioeconómicas das associações comunitárias da Ribeira Grande e do Paúl nas áreas da transformação agro-alimentar, produção de queijo e conservação de peixe. Em todas as áreas foram organizadas sessões de formação com formadores e técnicos especializados, tendo-se mantido para este propósito a colaboração com a Escola Superior Agrária de Coimbra e criado também uma parceria com o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde.

No segundo ano foram criadas e reforçadas unidades económicas em diversos pontos da ilha que se encontram em fases diversas de implementação. Todas estas iniciativas fazem parte da marca “Sabores d’ nha Terra” cuja imagem foi criada pela Levina Valentim e está associada aos vários produtos e divulgada através do website do projecto (www.saboresdnhaterra.com) e das suas brochuras.

Quanto à capacitação e formação de líderes e associações tem sido mantido o processo de intercâmbio, realizado neste segundo ano nas Canárias onde foram visitadas iniciativas de valorização de produtos tradicionais.

Tite e Fulacunda, Guiné-Bissau: Apoio às actividades das associações comunitárias



Este projecto em parceria com a RA – Rede Ajuda Cooperação e Desenvolvimento, ONG guineense, tem como objectivo reforçar os grupos e associações de mulheres camponesas nos sectores de Tite e Fulacunda, no sul da Guiné-Bissau e tem já apoio financeiro do IPAD para o 1º ano.

Nesta região 69,1% da população vive em situação de pobreza e afecta de modo mais agudo as mulheres. A região é afectada por um conjunto de constrangimentos que limitam a capacidade de produção e de geração de

rendimentos agrícolas: fraca cobertura das infraestruturas de base e das infraestruturas rurais, limitação da produção agrícola associada à tendência para a diminuição dos volumes de chuva; degradação da produção orizícola, degradação dos níveis de fertilidade dos solos, grande dependência da cultura de caju. As actividades hortícolas destinam-se basicamente ao auto consumo e as actividades frutícolas têm níveis de produção bastante baixos; o nível tecnológico dos agricultores é bastante rudimentar; enfrentando dificuldades no acesso aos factores de produção. Registam-se dificuldades extremas nos sistemas de escoamento e comercialização das produções.

O projecto, iniciado em Janeiro de 2008, finalizou já o seu primeiro ano de implementação durante o qual se desenvolveram iniciativas de formação, melhoraram-se as infra-estruturas de apoio ao trabalho das associações e apoiou-se o desenvolvimento da capacidade produtiva e de transporte dos produtores rurais.

Este conjunto de iniciativas resultou na criação de um Centro comunitário em Tite, que permite às associações locais disporem de um espaço de trabalho, formação e reunião com acesso a energia solar e aos equipamentos informáticos e audiovisuais fundamentais para o trabalho e o acesso à informação.

A capacidade de produção das mulheres de Tite e Fulacunda foi reforçada com a disponibilização de apoio técnico especializado, formação e factores de produção, permitindo-lhes adquirir conhecimento e os materiais fundamentais para melhorar as suas práticas agrícolas.

Por último, a disponibilização de uma canoa para o transporte de pessoas e produtos, entre Tite e Bissau, permite um acesso facilitado àquele mercado transformando um percurso de 6 horas num percurso de 45 minutos.

Cabo Verde, Guiné-Bissau e Portugal: Investigação sobre Cooperação Descentralizada



Programa Operacional Ciência e Inovação 2010

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

A parceria da ACEP com o CESA, do ISEG, e com a Universidade de Aveiro, continua a desenvolver um projecto de investigação nesta área, no âmbito de um projecto apoiado pela Fundação Ciência e Tecnologia, que consiste numa abordagem das experiências e dos impactos da cooperação das

ONGDs, Municípios e Universidades no desenvolvimento e na governação em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, entre 2000 e 2004.

Neste terceiro ano foram apurados os resultados do inquérito aplicado nos 3 países sobre “Cultura da Cooperação” para caracterização dos valores e atitudes dos actores principais da cooperação descentralizada, as ONGD. Em Cabo Verde e na Guiné-Bissau os resultados foram já apresentados e debatidos com um conjunto alargado de intervenientes. Em Cabo Verde esse debate antecedeu os trabalhos da Assembleia geral da Plataforma de ONGs do país e na Guiné-Bissau foi organizado em colaboração com o INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

Prosseguiu também a pesquisa no domínio da avaliação da cooperação, tendo-se elaborado um documento que analisa os critérios e metodologias de avaliação da cooperação internacional, questiona a sua aplicação genérica e em particular às ONGD, a partir das diferenças expectáveis da missão, papéis e metodologias na intervenção destas organizações. Está bastante avançada também a constituição de uma bibliografia especializada.

Finalmente, foram preparados os futuros passos de um processo que procura criar condições para a construção, em Portugal, de um Observatório independente da Cooperação e que terá maiores desenvolvimentos em 2009.

Portugal: Sensibilização para a Cooperação Descentralizada



Em articulação com o projecto anterior, a ACEP apresentou ao IPAD uma proposta na linha de co-financiamento “Educação para o Desenvolvimento”, em 2007, destinada a aprofundar o trabalho com o tema da Cooperação Descentralizada, numa perspectiva de sensibilização / formação, incluindo a criação de instrumentos concebidos para esse efeito.

O projecto aprovado permitiu iniciar em 2008 um conjunto de actividades em colaboração com algumas autarquias na periferia de Lisboa, que tiveram início no quadro do Festival Rota das Comunidades, da iniciativa da Câmara de Odivelas. Na sequência deste processo 3 autarquias – Odivelas, Loures e Amadora – estão já a preparar um protocolo de colaboração na área da Cooperação, concebido para ser aberto posteriormente à adesão de outros tipos de intervenientes.

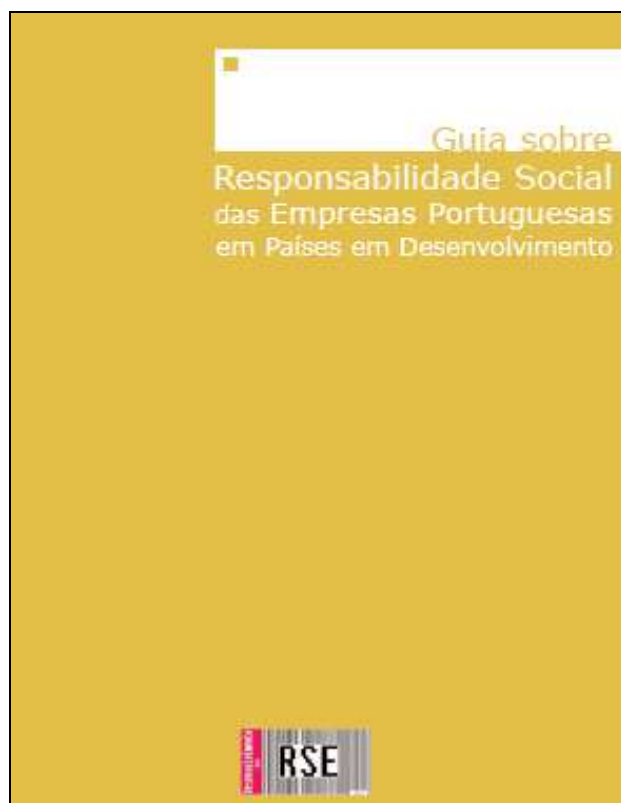
Trabalhando em dois níveis diferentes – o nível restrito, de debate, conhecimento entre actores e sistematização de experiências – ou o nível alargado, o projecto está, por um lado, a aproveitar alguns dos resultados do trabalho realizado no quadro do projecto de investigação e, por outro, a incentivar as articulações formais ou informais entre actores diversos da cooperação descentralizada.

Pretende-se também que, a partir de diversos quadros de leitura crítica e cruzada da realidade, seja possível criar ferramentas, que permitam contribuir para alguns consensos – ou clarificação de ausência deles – no campo específico da cooperação descentralizada.

Ao mesmo tempo que decorriam actividades deste tipo ao longo do ano, a ACEP procurou criar condições de realização de um documentário com a qualidade adequada, que permitisse trazer para o debate em Portugal algumas vozes africanas e histórias da cooperação descentralizada, recolhidas em dois países muito diferentes - Cabo Verde e Guiné-Bissau. Tal implicou um esforço de preparação considerável - incluindo para a mobilização de recursos adicionais e competências adequadas, o que foi possível, com a colaboração da Universidade de Aveiro e da Antena 1. Mais adiante será apresentado o documentário “Construir o paraíso aqui”, finalizado já em 2009.



Responsabilidade Social de Empresas nas relações com países em desenvolvimento



A parceria de desenvolvimento (ACEP, AIP, RSE Portugal e SOCIUS) que tem vindo a dinamizar o projecto sobre Responsabilidade Social das Empresas, financiado pela iniciativa comunitária EQUAL, validou em Novembro de 2008 o produto "*Kit de Capacitação e Desenvolvimento de Competências em RSE*".

Desenvolvido ao longo dos 2 anos de projecto, este kit tem como objectivo o desenvolvimento do conhecimento na área, bem como constituir um instrumento formação para instituições de natureza diversa, desde ONG a empresas.

Esse Kit inclui o "*Guia sobre RSE nos Países em Desenvolvimento*" da responsabilidade da ACEP.

O Guia assenta na colocação de algumas interrogações, como sejam:

- perante quadros legais frágeis ou omissos em relação a questões sociais e ambientais e baixas capacidades de escrutínio às empresas, quais os critérios ou princípios éticos que se devem ter em consideração?
- será suficiente o cumprimento pela empresa, dos requisitos legais existentes?
- Será que as estratégias de investimento e de concorrência das multinacionais podem ser compatíveis com os objectivos de desenvolvimento destes países?
- Será que a configuração actual da agenda da responsabilidade social das empresas responde às prioridades dos trabalhadores, comunidades e empresas nos Países em Desenvolvimento?
- Será que os diversos actores dos Países em Desenvolvimento têm efectivamente tido espaço na definição da agenda da responsabilidade social?
- Será que a responsabilidade social das empresas está a contribuir para o

desenvolvimento dos processos de governação democrática nos Países em Desenvolvimento?

Ao longo do seu terceiro ano de projecto, o trabalho de desenvolvimento de produtos de formação e capacitação previsto foi disseminado junto dos públicos-alvo definidos: técnicos de ONG/OSC, técnicos de autarquias e da administração pública no geral e gestores de empresas.

Este processo incluiu a organização e dinamização de um curso de formação, workshops, uma newsletter e um website, como instrumentos de capacitação e informação.

No que concerne, mais especificamente ao Guia, este foi apresentado em sessões de trabalho em Lisboa, Açores e Braga, a gestores, técnicos de ONG e de autarquias. Foi ainda utilizado durante a Formação de “embaixadores” para a responsabilidade social das empresas que foi promovida no âmbito do projecto.

Dias do Desenvolvimento: Confrontando estratégias na relação com África



Numa iniciativa do IPAD, decorreu a primeira edição dos “Dias do Desenvolvimento”, um espaço desenhado à semelhança da iniciativa europeia com o mesmo nome.

A ACEP decidiu-se pela participação, com três iniciativas, para atingir públicos diversificados:

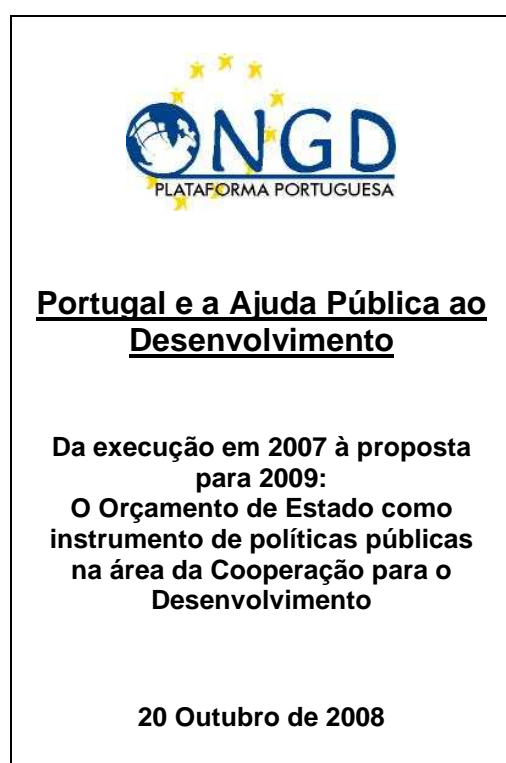
- um stand próprio dedicado às edições da ACEP, com um painel

concebido pela designer Levina Valentim, que nos ofereceu este seu trabalho - a organização de um debate pondo em confronto o documento de estratégia da Cooperação Portuguesa com o documento saído da Cimeira Europa-África

- a organização da exposição "A Partilha do Indivisível", elaborada no quadro de um projecto de sensibilização, em 2007, com fotografias de Antínio Valente e Leão Lopes.

A avaliação que fazemos é muito positiva, pois que permitiu uma participação sob formas diversas, desde a forma de "contar África" até ao debate sobre políticas, com uma adesão muitíssimo elevada e diversa. Para lançar o debate contamos com a colaboração de Ennes Ferreira, professor do ISEG e Cláudia Pedra, ao tempo directora da secção portuguesa da Amnistia Internacional.

O Orçamento de Estado e a Cooperação: A execução orçamental de 2007 e as propostas para 2009



No quadro da Plataforma portuguesa de ONGD a ACEP assumiu um papel dinamizador na promoção, pela primeira vez, de uma iniciativa de monitorização do Orçamento de Estado, partindo de uma análise da sua execução, para fundamentar um debate sobre a elaboração de orçamentos futuros. Este trabalho era um passo de aprofundamento do que vem sendo realizado desde 2007 pela estrutura das ONGD europeias, o Concord, que procura seguir a realidade da Ajuda Pública ao Desenvolvimento ao nível europeu e em cada um dos estados membros.

Assim, no quadro do grupo de ONGD que colaborou no processo europeu de realização dos "Relatório AIDWATCH" de 2007 e 2008 foi sendo desenvolvido um processo que se traduziu na elaboração de um extenso e fundamentado documento sobre a execução

do OE de 2007, partindo daí para um conjunto de questionamentos à proposta de OE para 2009 em debate na Assembleia da República.

Refira-se que tal permitiu que em 2008 a Plataforma de ONGD tenha discutido com os deputados o OE da Cooperação as ONGD pela primeira vez com base nas constatações e conclusões da análise do orçamento anterior.

Instrumentos de informação, comunicação e sensibilização para o desenvolvimento

“Construir o paraíso aqui”: Vozes africanas da cooperação descentralizada



A estrear já neste ano de 2009, encontra-se em fase de montagem final o documentário concebido no quadro do projecto de sensibilização sobre cooperação descentralizada.

A cooperação descentralizada, como cooperação de proximidades solidárias, é um espaço de realização de direitos. Muitas vezes na relação Norte-Sul, em particular na relação Europa-África, a voz que define e forma a notícia pertence, frequente e persistentemente, ao lado que domina os circuitos da comunicação.

Essa foi mais uma forte razão para a prioridade que a ACEP atribuiu à realização deste documentário e com a orientação expressa de criar um espaço que parte de duas orientações: uma, a de procurar uma inversão de

papéis, dando voz a outros intervenientes – neste caso guineenses e cabo-verdianos – procurando que a comunicação sobre África; a outra, a de opor uma estética e uma ética de respeito pela dignidade aos exemplos de comunicação baseados numa pretensa superioridade europeia ou portuguesa, embrulhada num paternalismo que necessidade de explorar a miséria para se promover como salvador de África.

Na equipa do documentário participam, com a ACEP, o jornalista Paulo Nuno Vicente, da Antena 1, Luís Melo, do Centro Multimédia da Universidade de Aveiro e a designer Ana Grave.

A Partilha do Indivisível: uma exposição, um livro



Como foi já referido, o projecto com este título, levado a cabo entre 2006 e 2007, incluiu a exposição e a edição em livro de fotos do moçambicano António Valente e o cabo-verdiano Leão Lopes, a que se juntaram textos de jornalistas e escritores portugueses e africanos.

O tema era o dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no trabalho das associações cabo-

verdianas, enquanto realização de direitos humanos.

Finalizada em 2007, a exposição continuou a circular em 2008. Não só em Portugal (onde esteve presente também nos Dias do Desenvolvimento), mas circulando e motivando debates também entre países, a exposição esteve na Galiza, a convite de uma fundação cultural (ver foto), em Itália, a convite da associação Etnhoculturae e do Município de Salerno e, naturalmente em Cabo Verde. Aí foi apresentada no Instituto Internacional de Língua Portuguesa, na Cidade da Praia e posteriormente na Cidade do Mindelo.

www.acep.pt: o sítio da acep



O sítio tem mantido a mesma estrutura desde há 3 anos, registando alguns problemas em certas funcionalidades.

Em 2008 foi iniciado o processo com vista a substituir o actual sítio, a partir de uma nova abordagem ao seu papel no espaço da comunicação da ACEP, seja do ponto de vista de design, seja do ponto de vista informático.

Pretende-se que o novo sítio venha a ser um espaço de potenciação do conjunto de recursos de comunicação, informação e formação da ACEP, para além de ser um instrumento facilitador do princípio e de mecanismos de transparência.

Cantos do Sul: a newsletter



Durante o ano de 2008 a ACEP produziu nove edições da newsletter, distribuída para cerca de 700 destinatários seleccionados. Todas as semanas são recebidas novos assinantes, através do espaço próprio no sítio da acep (www.acep.pt). A reformulação do sítio da ACEP irá dar origem à reformulação da newsletter e também permitir um acesso de todos os interessados às edições anteriores.

Evolução dos recursos da organização:

os recursos humanos

Em 2008 não houve alteração significativa nos recursos humanos. A ACEP manteve como recursos humanos

- Remunerados: 1 Directora Executiva, 2 Técnicos de projectos, 1 Gestora de projectos e 1 Contabilista.
- Em prestações pontuais continuou a ter a colaboração de 1 Técnico de Comunicação e 1 Ilustrador e manteve o Contrato de serviços com 1 Revisor Oficial de Contas.
- Pro bono: 1 Assessora Jurídica pró bono.
- Colaborações regulares em projectos: especialistas em áreas de formação como o Desenvolvimento e Animação Comunitários, ou Avaliação e investigadores nos domínios da Pobreza / Bem estar, Cooperação Descentralizada ou Políticas Sociais.

No que se refere aos colaboradores em tempo integral não ligados a projecto eles passaram a estar em situação de contratos sem termo. A generalidade dos colaboradores são também sócios da ACEP, já que a organização tende a promover uma aproximação do estatuto de sócio ao de colaborador e vice-versa. No total, envolve cerca de 20 pessoas regularmente.

os recursos financeiros

Em 2007 a ACEP recebeu novos fundos num montante de 319.266,19 euros (342.347,62 euros em 2007), representando uma diminuição de cerca de 9% em relação aos novos fundos mobilizados em 2007. Destes novos fundos cerca 49% têm origem em diversas instituições públicas portuguesas, que ultrapassaram assim os fundos europeus, que se situaram em cerca de 39%. Os restantes 12% são fundos privados (excluídas as doações em espécie) ou fundos próprios.

A maior variação relativamente a 2007 situa-se numa quebra dos novos fundos recebidos da União Europeia, o que se deveu sobretudo ao encerramento de um projecto de cooperação de grande dimensão, de co-financiamento da Europeaid.

O aumento de fundos públicos portugueses está relacionado com os calendários de pagamentos. É o caso do IPAD, em que a totalidade de novos financiamentos recebidos dizem respeito a candidaturas de 2007, cujos pagamentos só foram realizados em 2008. Assim, os efeitos da recusa do IPAD de todos os projectos que a ACEP apresentou para co-financiamento em 2008 só serão reflectidos negativamente na execução financeira de 2009, onde a contribuição do organismo central da Cooperação Portuguesa é nula.

Quanto ao balanço e demonstração de resultados, a acep regista um aumento significativo no volume financeiro, passando de 298.878,75 euros para 354.883,86 euros. Este acréscimo é devido em parte ao nível de execução a 100% dos fundos obtidos para o maior projecto, devido a tratar-se do ano da sua finalização. Manteve-se um resultado positivo do exercício (num montante de 1.127,33 euros), mas com uma baixa relativa ao ano anterior (onde se situou em 8.693,81).

A manutenção do resultado positivo é fruto de uma gestão de recursos financeiros muito rigorosa, níveis salariais muito contidos, um controle permanente do crescimento da organização e uma opção consolidada por talentos humanos muito polivalentes, que permitem aproveitar sinergias entre os vários projectos.

Verifica-se no entanto um crescimento considerável de custos com pessoal, pelo facto de todos os recursos humanos permanentes da organização terem passado à situação de contrato sem termo, deixando de ser contabilizados nos custos com serviços externos, como acontecia com parte deles anteriormente. Esta é uma decisão que se insere numa política de coerência com os princípios porque se deve reger uma organização como a ACEP.

Ainda no domínio de recursos humanos a ACEP tem podido contar também com colaborações externas de grande qualidade a preços muito inferiores aos do mercado, permitindo otimizar os recursos sem pôr em causa a qualidade das respostas.

As Contas da organização foram realizadas por um Técnico Oficial de Contas. São auditadas por um Revisor Oficial de Contas devidamente certificado e serão disponibilizadas no sítio da ACEP, em conjunto com o relatório de actividades.

O resultado do exercício foi de 1.127,33 euros, representando uma diminuição comparativamente com os 8.693,81 euros de 2007.

A origem dos novos fundos recebidos em 2008 pode ver-se no quadro seguinte, onde constam também os dados de 2007 para permitir verificar a evolução.

Os fundos públicos nacionais tiveram origem em:

- MNE/IPAD (43,42% do total de fundos novos, de candidaturas de 2007)
- Fundação para a Ciência e Tecnologia (Programa POCI)
- Ministério do Trabalho e Segurança Social (Programa EQUAL).

Os fundos europeus (cerca de 38%) tiveram origem em:

- FSE (Programa Equal),
- Europeaid (cerca de 27% do total de novos fundos)

Os fundos próprios incluem sobretudo as quotas, venda de publicações e serviços.

Origem de novos fundos recebidos				
	2007	%	2008	%
Fundos públicos portugueses	70.671,11 €	20,64%	157.004,11 €	49,18%
Fundos europeus/CE	233.035,69 €	68,07%	122.848,59 €	38,48%
Fundos privados	23.146,38€	6,77%	11.549,16 €	3,62%
Fundos próprios	15.494,44 €	4,52%	27.864,30 €	8,73%
Total recebido	342.347,62 €	100%	319.266,16 €	100%

Março de 2009

O Conselho Directivo